

Funcionários: "emendas chegam perto de 14 mil"

Revoltados com a Câmara, que só as duas da tarde mandou como almoço um sanduíche e guaraná, além de um pequeno tablete de chocolate, os funcionários encarregados de receber as emendas ao substitutivo do relator da Constituinte trabalharam ontem até a meia-noite atendendo os constituintes ou funcionários de gabinetes. O trabalho da triagem, vai desde a conferência de páginas até a numeração das emendas. A previsão é de que elas sejam 14 mil.

Ontem, por volta das quatro da tarde, estavam computadas nada menos de 13.109 emendas, entre individuais e coletivas. A entrega obedece áreas de assuntos. Só o constituinte não precisa entrar na fila e caso falte cópias do seu texto será dispensado de providenciar xerox, pois existem pessoas encarregadas deste serviço. Pela manhã vários deputados estiveram na sala de entrega de emendas, mas, à tarde, apenas Antonio Mariz passou por lá.

Mariz levou 13 emendas, tratando de direitos e garantias individuais, direitos sociais e sistema tributário. Ele tentará restabelecer dispositivos sobre a jor-

nada de trabalho de 40 horas, a estabilidade no emprego e igualdade entre homem e mulher na chefia da família. Quer também que entre os princípios da política externa seja criado um Tribunal Internacional de Direitos Humanos.

Os recordistas na apresentação das emendas, de acordo com a observação dos funcionários, são os deputados Farabulini Júnior, Ana Maria Rattes, Geraldo Campos e Nilson Gibson e o senador José Ignácio Ferreira. Mas essa listagem só será conhecida após o processamento das emendas, que estará pronto no início da semana.

Após alguns dias de grande movimento, os funcionários se mostravam alegres com a oportunidade obtida na tarde de ontem para alguns momentos de prosa, possível devido ao pouco número de emendas que chegavam. Cada uma delas tem que ser conferida não só pelo número de páginas como se obedecem a ordem do texto, depois se têm além do original três cópias. Se tudo estiver em ordem, recebem uma numeração especial, ficando o autor com um exemplar para seu controle.

Cabral trabalha 20 horas por dia

Na vida do relator não há mais tempo para lazer e família



Cabral constatou que a esquerda e a direita lhe fazem o mesmo tipo de crítica

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

A última vez que o deputado Bernardo Cabral foi para a cozinha para ajudar no preparo de um prato a seu gosto, foi há cerca de oito meses, antes de se aventurar na disputa pelo cargo de relator da nova Constituição, tarefa que se revelou mais inglória e complicada do que ele próprio imaginara. O simples hábito de folhear uma revista de amenidades, ir ao teatro ou cinema, foi substituído por uma jornada de 20 horas diárias de convivência formal com políticos e lobistas intransigentes, à procura de um texto aceitável que possa ser transformado em um modelo de Constituição para o Brasil.

Com uma alimentação completamente desregrada — um copo de leite e quase sempre muitos cafézinhos — as oito horas de sono foram reduzidas para três, no máximo quatro, o que já lhe rendeu uma estafa de difícil recuperação. Mesmo assim, quando consegue dormir, o cansaço e a excitação de todo o dia o faz acordar, sempre preocupado com o Projeto que está em suas mãos. "As vezes, pelo excesso de cansaço físico, entre dormindo e acordado, passam pela minha cabeça, assim como flashes, alguns artigos, alguns parágrafos do projeto...", conta o relator.

Privado do convívio com a família, apesar do assédio e paparicação interessantes a que tem de se sujeitar todos os dias, o relator Bernardo Cabral talvez seja hoje uma das pessoas mais solitárias do Congresso Constituinte. Mesmo com a participação das cúpulas partidárias na elaboração do projeto, de uma equipe de relatores auxiliares, da interferência do Poder Executivo via presidente José Sarney, os possíveis erros ou acertos são de sua exclusiva responsabilidade. E o alvo único dos bombardeios e críticas. "Eu tenho um fôro espiritual muito grande. Tenho tranquilidade interior e estou preparado para isso", diz.

E é a ausência de convívio com a mulher, Dona Zuleide Cabral, com os filhos e netas que Bernardo

Cabral considera mais difícil, mais até do que conciliar os conflitos da Constituinte. A maior reclamação é não poder mais pegar no colo as netas Márcia e Anna Carolina, com quem se diz extremamente apegado. "Eu estou perdendo uma das alegrias da vida que é ser avô. Isso é extremamente penoso e não pode ser adiado, por que me faz falta".

Além do desencontro familiar, a única reclamação da esposa que fica meio afastada das atividades do relator, é quando fazem críticas injustas ao marido. "Ai ela não perdoa", diz ele, principalmente quando as restrições partem de pessoas que convivem de perto com o casal. "As críticas agora vêm de todos os lados. Se dirigidas ao projeto, ela as entende como válidas. Mas se são dirigidas à pessoa humana, isso a Zuleide não aceita, fica profundamente aborrecida", confidencia Cabral.

"PAVÃO"

A rotina diária foi estabelecida em função da tarefa de relator da Constituinte. Entre 5 e 7 horas da manhã, passa os olhos nas revistas que tratam da análise dos problemas políticos. Revistas de amenidades como Playboy ou outras, nem pensar. Raramente tem se entretido com um best seller, só para relaxar, já que o tempo de leitura foi completamente tomado na análise de livros que têm relação com o Direito Constitucional. Inspirado pelo Parlamentarismo, está lendo atualmente um livro do gaúcho Raul Pilla, considerado o "guru" dos parlamentaristas. Em casa, só trabalha ouvindo música clássica.

O tom de intimidade que dá ao tratamento a todos que o cercam, principalmente políticos e jornalistas, ou o ar afetado que assume durante as entrevistas à televisão, já lhe conferiram alguns apelidos, repetidos por muitos na ausência do relator. Pela vaidade manifesta inconscientemente em algumas situações, já ficou conhecido como "Pavão", até mesmo de "bailarino de gafeira", pelos trejeitos e excesso de gentilezas com pessoas que lhe são mais chegadas.

Freqüentemente é surpreendido piscando para um ou outro, distribuindo beijos e abraços para os amigos e até para os que lhe criticam diariamente.

Com poucos cabelos e quase todos brancos, o que vem se acentuando dia a dia, Bernardo Cabral não se considera um homem vaidoso, como dizem. Vaidade pessoal só uma, a paixão pelas gravatas. "Ostentação e vaidade eu não tenho. Nunca tirei o primeiro lugar na minha turma de Direito, não uso jóias além da aliança e o relógio que uso para ver as horas. Eu me orgulho sim, é da minha família, da minha mulher e do meu filho, Júlio, que também é advogado e tem comigo uma relação de amigo. E como se fossemos irmãos", confessa Cabral.

Quando às "poses" na frente das câmeras de TV, Cabral diz que talvez faça parte de seu estilo, que começou a ser formado muito cedo, quando tinha 19 anos e foi para o Tribunal do Juri acusar o matador de seu irmão. "Eu comeci muito cedo a trabalhar no Tribunal do Juri, onde se faz algum teatro. Talvez isto possa ter marcado. De modo que até procure fugir das câmeras de televisão, o que tem se tornado inevitável".

A verdade é que a preocupação inicial em parecer bem, não só perante os refletores, mas ao público em geral, foi dando lugar gradualmente a um certo desleixo natural. Os cabelos que antes eram sempre cuidadosamente alinhados, agora caem em mechas desorganizadas pela testa, num rosto que não esconde as marcas do cansaço e da correria.

Na última quarta-feira, o único horário vago em sua tumultuada agenda antes das muitas reuniões políticas já programadas, era, entre 8 e 9 horas da manhã. Como nos outros dias, o relator Bernardo Cabral dormiu quatro horas, acordou por volta das 5 horas e às 08, pontualmente, chegou no gabinete para conceder a entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE. Os olhos estavam injetados e vermelhos. Mas bem disposto, sorridente e carinhoso, mostrou disposição para enfrentar um novo dia.

Prazo acaba com "bolão" de apostas

Para resolver problemas e contornar dificuldades, nada melhor do que o bom-humor. A velha fórmula foi usada com muita propriedade pelos 35 funcionários da Secretaria-geral da Mesa da Constituinte encarregados do recebimento das emendas. Surpreendidos com a nova dilatação do prazo para tal, eles perderam o fim de semana, mas não o bom-humor. Embora estejam cansados da rotina de mais de 12 horas diárias de trabalho, os funcionários — que bem à moda da Constituinte poderiam ser chamados de grupo dos 35 — iniciaram ontem um bolão. O objetivo é ver quem acerta na mosca ou mais se aproxima do número final de emendas apresentadas. Esta, entretanto, não foi a única maneira usada para ajudar o tempo a passar. Na mesma linha bem-humorada, alguns dos 35 começaram a escrever um conto, retratando suas dificuldades e angústias neste trabalho.

O conto é uma iniciativa inédita, mas o bolão ocorre pela segunda vez. Cada funcionário dá um palpite paga Cz\$ 50 e aguarda o resultado. A única base para o "chute" é o movimento do dia, que não serve para muita coisa, pois é extremamente variável. Pode estar pequeno no momento da aposta e crescer mais tarde, e vice-versa. No bolão passado, entretanto, o coordenador da equipe, Jarbas Viana, ficou perto do número total de emendas apresentadas. Ele disse que chegariam a 20 mil 700. Chegaram a 20 mil 682. Um erro de 18 pontos... Mesmo assim Jarbas foi quem mais se aproximou do resultado e, por isso, recebeu Cz\$ 1 mil 500.

Outro momento de frisson foi quando chegou a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) que contém as posições do Palácio do Planalto em relação ao Título V do substitutivo — Da Organização dos Poderes e sistema de governo. As 42 páginas foram protocoladas pela funcionária com o número 31650. Também os deputados Alfredo Campos e Ricardo Fiúza enviaram emendas com o mesmo objetivo. Já o líder do governo Carlos Sant'Anna preferiu apresentar sugestões nas áreas de saúde e previdência social. Em meio às entregas os funcionários faziam seus prognósticos para o "bolão do final do dia".

O "bolão", na verdade, era um pretexto para uma reunião de confraternização no final do dia. Os 35 combinaram sair após o término dos trabalhos para uma "cervejada", mas esqueceram-se de olhar o relógio. Quando finalmente concluíram a organização de todas as emendas e partiram em busca de um bar, não encontraram nada aberto. Eram quatro e meia da manhã. Jarbas Viana acabou gastando todo o dinheiro sozinho. "Mas desta vez vai ser diferente", garantiu ele. "Vamos sair daqui mais cedo e conseguiremos comemorar a nossa vitória", apostou.

Consenso e 32 só divergiram em dois pontos

Os grupos do Consenso, liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB/PR) e dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR) concluíram e apresentaram ontem seus blocos de emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM). Na verdade, houve três blocos de emendas: Dois assinados apenas por integrantes de cada um dos grupos, e um assinado conjuntamente, fruto de negociação que ocorre há meses. Apenas ficaram sem consenso as questões do sistema de governo e da reforma agrária, para as quais cada grupo tratou de apresentar emendas próprias.

O pacote de emendas do Grupo dos 32 é o chamado projeto Hércules II — que inicialmente foi batizado de Phoenix. E um trabalho que tem exatamente as mesmas seqüência e numeração do projeto de Cabral, mas traz os pontos de vista dos parlamentares do Grupo. Para apresentar o Hércules II em forma de emendas, os 32 transformaram cada um dos 10 títulos do projeto em uma emenda. O senador José Richa disse que o Hércules II foi modificado apenas nos pontos não aproveitados por Bernardo Cabral, após a apresentação do primeiro Hércules. "Como ele incluiu no seu substitutivo 77 por cento do Hércules I, as mudanças que propusemos agora dizem respeito somente ao 23 por cento restantes", explicou.

Esses 23 por cento incluem a questão da reforma agrária — já que o Grupo dos 32 não concorda com a imissão imediata da posse — e também uma série de disposições transitórias. O sistema de Governo a ser adotado no Brasil não está nesse grupo de emendas pois os 32 concordam — em princípio — com a fórmula parlamentarista posta no substitutivo. "Não tivemos tempo para conseguir um entendimento dentro do nosso grupo sobre essa questão, nem pudemos negociar com outros grupos. Mas vamos continuar a negociar e antes do Cabral apresentar o segundo substitutivo teremos uma solução. Nossa tese, que é a

da implantação gradual do parlamentarismo, estabelecendo um prazo de transição, permanece", disse Richa.

As emendas apresentadas em conjunto pelos grupos do consenso e dos 32 dizem respeito aos seguintes temas: comunicação, princípios gerais da ordem econômica, seguridade social, anistia e educação. As emendas exclusivamente do Consenso tratam da Reforma Agrária — com imissão imediata de posse em qualquer situação —, de recursos públicos para a educação, da questão indígena e da cultura, ciência, tecnologia e desporto. Há ainda um grupo de emendas incluído nesse pacote, mas de iniciativa de liderança do PMDB. Elas se referem à criança e ao adolescente e também aos direitos individuais e garantias constitucionais. Todo esse pacote soma 181 emendas. O deputado Euclides Scalco avaliou que dos 19 pontos que seu grupo — com mais de uma centena de parlamentares — considerava problemáticos, só não houve consenso no tocante à reforma agrária e à criação de tribunais constitucionais.

Também o grupo interpartidário — formado pelo PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e pela dissidência peemedebista denominada Movimento Unidade Progressista — apresentou ontem suas emendas ao projeto de Constituição. Ao todo foram 285, elaboradas separadamente por diversos parlamentares, mas assinadas em conjunto, de acordo com o que cada constituinte defende. As emendas do grupo interpartidário englobam 30 temas, mas segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), que as entregou, os principais são os direitos do trabalhador, garantindo estabilidade e jornada de 40 horas semanais, a unicidade sindical — não assinada pelos constituintes do PT — o presidencialismo — assinada apenas pelo PT e pelo PDT —, além da realização de plebiscitos.

O presidencialismo proposto reforça os poderes do Congresso, que de acordo com a emenda-poderá censurar ministros e dirigentes de órgãos e empresas públicas, acarretando forçosamente a escolha de outro nome. A emenda obriga também o comparecimento de ministros de Estado ao Congresso, regularmente. No tocante a realização de plebiscito, os partidos querem que eles ocorram sempre que houver alguma discordância entre as atitudes do Congresso e do Executivo. "O povo servirá de juiz", disse Vivaldo, para quem a apresentação de emendas em bloco "aumenta o seu poder de convencimento e facilita a negociação". O deputado garantiu que todas as negociações que forem feitas a partir de agora terão que passar, necessariamente, por esse grupo, que é "o mais unido dentro da Constituinte e tem mais de 100 parlamentares".



Euclides Scalco

"Sei contornar os obstáculos"

Toda ausência e as privações que o homem Bernardo Cabral está experimentando nos últimos tempos deve ser creditada na conta do político que o eleitorado amazense colocou na Assembleia Constituinte, e que depois foi alçado à condição de relator da Comissão de Sistematização pelos colegas. E este deputado, que aparentemente insensível às angústias vividas pelo ser humano, fala sobre a friinha percorrida pela Constituinte e o seu estágio atual.

O seu novo projeto vai ser remendado, ou o senhor pretende elaborar um novo texto?

Muitos reclamam, sobretudo os puristas do Direito Constitucional, que este não é um texto à altura de um bom caminho constitucional. Mas eu diria que é um texto que reflete todos os segmentos sociais. Aqui dentro do Congresso, cada constituinte deu uma contribuição válida. As emendas servem para aprimorar, mas o núcleo do projeto já está pronto, no atual substitutivo. Estamos aprimorando o texto no campo do sistema de governo, reforma agrária, estabilidade, mas para melhor, não para o retrocesso. O projeto, em si, é criticado pelo que tem de bom. Como ele tem muita coisa boa que assusta, ninguém se propaga.

Nós ainda vamos encurtar um pouco o projeto, mas com os 305 artigos atuais, deve-se observar que as críticas são feitas a apenas 5 ou 6 temas. São feitas também críticas de redação, por parte de pessoas que não conhecem o processo legislativo. A hora de se corrigir tais erros é quando se atinge a redação final, que é uma fase que ainda vai ser salutar. Ai todos os brasileiros vão ver que ele é bom.

O senhor tem dito que, nesta Constituinte, estão querendo fazer omelete mas com medo de quebrar os ovos...

Quando eu disse isso, quis dizer que alguns querem fazer a reforma agrária, mas não chegam a um consenso sobre como fazê-lo. E claro que a reforma agrária é necessária e o problema fundiário pode levar a uma convulsão social no Brasil. Em algumas áreas, sobretudo na Amazônia, no Estado do Pará e parte de Goiás, nota-se

um verdadeiro tumulto. Ora, se é imprescindível, se se torna necessária a reforma agrária e não se quer tomar o caminho que precisa ser seguido, o impasse permanecerá. Não se pode, por exemplo, fazer a reforma sem a imissão de posse, ou imediata ou dentro de um período pré-estabelecido, o que não é possível e implantar a reforma agrária sem a imissão da posse da terra. Por isso, não adianta tentar fazer uma omelete sem se quebrar os ovos.

Outro exemplo fica por conta da estabilidade. A área sindical quer a estabilidade já, com todos os requisitos e prerrogativas que deverão figurar na Lei Ordinária. Os empresários também querem a estabilidade, não são contra, mas na hora de colocar isso no papel, no texto final, a área sindical quer ir longe demais e a área empresarial por seu lado não quer dar nada. E por isso que eu tenho dito sempre: sistema de governo, estabilidade, reforma agrária, anistia, todos estes pontos só poderão ser resolvidos no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, por que nem no plenário da Comissão de Sistematização se terá a decisão final.

Tem alguém muito satisfeito com o seu projeto? Alguém ou algum setor mais do que os outros?

Eu acho que o Poder Judiciário não tem queixas. Os militantes do Direito Constitucional têm, notado que os direitos individuais, as garantias constitucionais avançaram. Existe no projeto atual, coisas que nunca haviam sido asseguradas antes, como o mandato de injunção, a garantia de constitucionalidade quando houver por parte de certos órgãos, como o habeas-data, ou seja, isso significa que estas conquistas vão dar ao ser humano aquilo que não tinha antes. Outro avanço notável, é que até hoje só quem podia arguir a inconstitucionalidade de um a Lei e era o Procurador-Geral da República. Na nova Constituição, se for aprovado este projeto, não só os órgãos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ABI, CNBB, mas inclusive as confederações sindicais.

Quais são as maiores críticas e cobranças que o senhor tem recebido?

As maiores críticas partem da facção de direita, dizendo que eu estou entregue à esquerda. Mas a esquerda também diz, por sua vez, que eu cedi à direita. Entre as duas facções, alguns pontos são compreensíveis. Mas de qualquer maneira há uma corrente de Centro, mais equilibrada, que me dá apoio integral, e algumas figuras expressivas da esquerda não têm me negado apoio, com por igual a direita. Nem sempre a crítica deixa de ser construtiva. São companheiros que fazem observações normais, e eu as considero absolutamente dentro da ética política.

E as cobranças, elas partem mais de que tipo de categoria?

O lado corporativista que existe nos grupos de pressão, atua sempre no sentido de melhorar um pouco mais as conquistas, nunca para reduzi-las. Todos os segmentos sociais têm lutado para ampliar os avanços conseguidos.

O que o senhor fez de mais difícil até hoje, além dessa tarefa de relator da nova Constituição?

Foi ultrapassar, sem nenhuma animosidade, sem nenhuma blasfêmia, os dois primeiros anos após a minha cassação, em 1967. Foi a época mais difícil da minha vida, por que eu fui para o Rio de Janeiro advogar, e não sabia sequer onde ficava o fórum ou o Tribunal de Justiça. Com filhos pequenos, foi extremamente duro, porque a perseguição era grande. Mas esta fase difícil, eu diria até triste da minha vida, eu a superei com muito denodo, muita paciência, e muita fé em Deus.

Em algum momento o senhor se sentiu desorientado, sem saber que caminho tomar?

Não. Eu sempre soube o caminho a ser tomado. Eu aprendi muito cedo. Sou amazense, nasci em Manaus e desde menino sempre observei os rios, que atingem, os seus objetivos porque sabem contornar os obstáculos. Eu não tenho sentido o frio na barriga, porque tenho sabido contornar os obstáculos para atingir meu objetivo. Há um poeta amazense que diz: "Quem sabe onde quer chegar, escolhe o caminho certo e o jeito próprio de caminhar". Eu tenho o meu jeito próprio de caminhar.